



Da Dimensão Ambiental Cepalina À Sociedade De Risco: Avanços, Fronteiras E Perspectivas Em Curitiba-Pr

© Parley Lopes Bernini da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina,
doutorando do Programa de Pós-graduação em
Administração.

E-mail: parley.bernini@posgrad.ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0001-9278-1235>

© Cláudia Fernanda Tessele

Universidade Federal de Santa Catarina,
mestranda do Programa de Pós-graduação em
Sociologia e Ciência Política.

E-mail: clautessele@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-7594-6875>

© Maurício Fernandes Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina,
docente permanente.

E-mail: mfpcriis@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-8662-2815>

Doi: <https://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvqt.2.283>

Recebido em:
25 de novembro de 2023.

Aceito em:
16 de março de 2024

RESUMO

A pesquisa analisa como as recentes políticas ambientais desenvolvidas pelas redes de cidades ecológicas dialogam na antecipação e/ou redução dos riscos ambientais, tendo por referência as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). O lócus foi a cidade de Curitiba-PR, representada pela Secretaria de Meio Ambiente (SMMA), questionou-se como representam a noção de risco antecipado frente a emergência climática, a qual atrela-se numa sociedade de risco mundial, bem como se utilizam e incorporam das orientações cepalinas na perspectiva ambiental. Os resultados demonstram a preocupação econômica e social em compreender e tratar das mudanças climáticas, promovendo estratégias para o crescimento e pela promoção da igualdade a questão que lhe é presente: neste caso pensar na emergência climática e sociedades de risco mundial.

Palavras-chave: CEPAL; Sociedade de Risco; Políticas de Desenvolvimento Ambiental.

The Environmental Dimension Of Eclac To The Risk Society:Advances, Frontiers And Perspectives In Curitiba-PR

ABSTRACT

The research analyzes how recent environmental policies developed by ecological city networks contribute to anticipating and/or reducing environmental risks, taking as a reference the guidelines of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). The locus was the city of Curitiba-PR, represented by the Secretariat for the Environment (SMMA), the question was asked how they represent the notion of anticipated risk in the face of the climate emergency, which is linked to a global risk society, as well as how they are used and incorporate ECLAC guidelines from an environmental perspective. The results demonstrate the economic and social concern in understanding and addressing climate change, promoting strategies for growth and promoting equality in the issue at hand: in this case, thinking about the climate emergency and societies at global risk.

Keywords: CEPAL; Society of Risk; Environmental Development Policies.

De la Dimensión Ambiental Cepalina a la Sociedad del Riesgo: Avances, Fronteras y Perspectivas en Curitiba-PR

RESUMEN

La investigación analiza cómo las recientes políticas ambientales desarrolladas por las redes de ciudades ecológicas dialogan en la anticipación y/o reducción de los riesgos ambientales, tomando como referencia las orientaciones de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). El estudio se realizó en la ciudad de Curitiba, en el estado de Paraná, representada por la Secretaría de Medio Ambiente (SMMA), planteando la pregunta de cómo se representa la noción de riesgo anticipado frente a la emergencia climática, la cual está vinculada a una sociedad de riesgo global, y si dichas orientaciones de la CEPAL son utilizadas e incorporadas desde una perspectiva ambiental. Los resultados demuestran una preocupación económica y social por comprender y abordar las

ISSN: 2176-9257 (online)

transformaciones climáticas, promoviendo estrategias de crecimiento y promoción de la igualdad ante la cuestión presente: en este caso, reflexionar sobre la emergencia climática y las sociedades de riesgo global.

Palabras clave: CEPAL; Sociedad de riesgo; Políticas de desarrollo ambiental.

INTRODUÇÃO

As agendas internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015; 2021; 2023; ONU-ODS, 2023) abordando o meio ambiente, às mudanças climáticas globais (MCGs) e a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propõem alertar suas nações signatárias a necessidade de repensar suas práticas industriais atuais e evidenciar os fenômenos climáticos extremos que tem acontecido na contemporaneidade.

As MCGs, enquanto fenômeno antropogênico (Branco, 1997; ONU-News, 2022; IPCC, 2022), são um evento transnacional a qual desregula as economias nacionais, perpassam fronteiras nacionais e afetam os indivíduos quer onde estejam (sobretudo aos mais vulneráveis, predominantemente presentes nos países em desenvolvimento) demonstrando, assim, um desafio doséculo XXI (ONU, 2015, 2023).

A literatura científica nacional e internacional¹ (Branco, 1997; Watts *et. al.*, 2005; Hulme, 2015; BRASIL, 2017; IPCC, 2012; 2018; 2021; 2022; UNEP, 2022; 2023) tem referenciado que as alterações climáticas aumentaram significativamente com o advento das sociedades industriais modernas (a partir do final do século XVIII), acarretando uma série de riscos como: a elevação do nível do mar e da temperatura; a qualidade do ar reduzida; o aumento das emissões de CO₂; os desastres naturais em maior frequência e gravidade; a disseminação de doenças tidas como controladas, dentre outros, revelam a necessidade de alterar os hábitos atuais a uma conscientização dos desafios socioambientais presentes numa escala global.

Concomitantemente, tratar das MCGs e “reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países” (ONU-ODS, 2023 [online]) torna-se uma questão atual para compreender e interpretar essa nova realidade cercada por desafios para as instituições e indivíduos, os quais estão presentes numa sociedade global e incerta (Beck, 2011; 2018; 2021) partilhando – em maior ou menor fluxo – de riscos e instabilidades climáticas.

Mais ainda, pode-se considerar que não ocorreriam fragmentadas e/ou desconexas entre as áreas do saber, posto que os discursos da globalização enfatizam a conectividade das nações e seus sistemas econômicos; políticos; sociais e culturais (assim como a partilha das desordens globais: o desemprego, a poluição, à educação precarizada e perda de biodiversidade). É nesse contexto de propor orientações aos países em desenvolvimento que se insere a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

A CEPAL privilegia, dentre outros temas, a equidade e relação de desenvolvimento global dos países latinos; como as estruturas produtivas e de propriedade condicionam sua distribuição (e quão isso afeta às dinâmicas econômicas) e orientação às práticas atuais para se pensar num desenvolvimento responsável (Fonseca, 2006; Rodrigues, 2009; CEPAL, 2023). A favor de gerar uma cooperação e enfrentamento a essa questão, nota-se que as bases do pensamento cepalino (termo usado para àqueles que utilizam das teorias da CEPAL) mesclam diversas teorias e áreas que se ancoram na necessidade de construção de uma política de desenvolvimento ordenada, racionalizada e planejada (Olivos, 2006; Paiva, 2006; Rodrigues, 2009) atenta às questões sociais, políticas e ambientais particulares próprias da região latina.

Há de se considerar que, desde seu início (enquanto órgão vinculado à ONU, tendo sua

¹ Já é evidenciado na literatura determinadas desordens globais associadas as MCGs, a saber: elevação de radiação ultravioleta; secas severas na África e Oceania; ondas de calor extremas causando mortes na Europa e Oceania; ciclones tropicais no Caribe; diminuição do nível de gelo na Antártica; precipitações e queimadas desordenadas nas Américas e continente europeu e elevação de temperatura mundial com projeções elevadas para as próximas décadas (IPCC, 2018; 2021; 2022) são alguns dos reflexos ocorridos pelo “colapso do ecossistema, a extinção das espécies, ondas de calor fatais e enchentes estão entre os perigos inevitáveis [...]. O relatório do Ipcce é um atlas do sofrimento humano e uma prova do fracasso da liderança sobre o clima. Muitos ecossistemas já estão agora num ponto sem retorno” (IPCC, 2022, prefácio).

criação pós-guerra no sentido de ofertar orientações para suporte e aplicação de políticas públicas aos governos da região latina) detém de uma equipe técnica de alta competência intelectual, os quais incorporariam inquietações, prioridades e dimensões econômicas, políticas e sociais (Silva *et. al.*, 2021). São, portanto, questões emergentes e necessárias para se interpretar um contexto atual cercado por instabilidades e riscos (sociais, políticos e ambientais) que extrapolam e embaçam as barreiras geográficas (Boeira, 2023).

Quando entendida às MCGs como tema mundial, torna-se um assunto que exige a interdisciplinaridade (Boeira, 2023, IPCC, 2012; 2021; 2022) das diversas áreas do saber como Política; Ecologia; Administração, Direito; Economia; Geografia; Relações Internacionais e Sociologia para compreender e interpretar essa nova realidade que é cercada por desafios para as instituições e indivíduos, os quais estão presentes numa sociedade global e industrializada (Beck, 2011; 2018; 2021) partilhando desses riscos e instabilidades. Nessa pesquisa, portanto, entende-se que a noção de risco teria sua parte objetiva, a qual revela-se e determina-se por aquilo que é mensurado quantitativamente (cálculos técnicos, relatórios) e subjetiva (as expectativas e os significados dados individualmente/coletivamente sobre as incertezas globais que afetam a vida cotidiana).

Considerando esses aspectos, utilizar da Teoria da Sociedade de Risco Mundial (TSRM), de Ulrich Beck teria sua aplicabilidade em compreender a questão das MCGs, haja vista que “mais urgente do que nunca, precisamos de esquemas de interpretação que nos façam [...] repensar a novidade que nos atropela e que nos permita viver atuar com ela” (Beck, 2021, p. 14). O objetivo deste artigo é analisar como as recentes Políticas Ambientais Desenvolvidas (PDAs) em Curitiba-PR dialogam na antecipação e/ou redução dos riscos ambientais, tendo como referência as orientações da CEPAL (anos 2000 a 2022) localizadas no quadro analítico da Teoria da Sociedade de Risco Mundial (TSRM).

No sentido de alcançar essa questão o artigo é estruturado em três seções numeradas, a saber: na introdução é apresentado o contexto que a pesquisa se extrai; (i.) a primeira seção faz menção aos procedimentos metodológicos utilizados e o *locus* de análise, (ii.) a segunda descreve, sinteticamente, as categorias teórico-analíticas que sustentam o estudo (a criação da CEPAL, sua dimensão de desenvolvimento e preocupação ambiental, bem como a TSRM) e a (iii.) terceira apresenta os resultados e interpretação dos dados. Por fim, o artigo apresenta as conclusões do estudo (suas contribuições e limitações), tecendo uma avaliação geral dos fatos, fatores e contextos revelados e é encerrado com as referências que sustentaram sua execução.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo apresenta abordagem qualitativa, caracterizada como o conjunto de técnicas interpretativas que buscam descrever e compreender o objeto de estudo (Creswell, 2010; Lapa 2020) em sua singularidade, a qual “permite ir além da descrição fria dos dados e captar situações que os instrumentos quantitativos de análise não alcançam” (Lapa, 2020, p. 62).

Tem caráter descritivo e explicativo, haja vista que se propõe descrever fatos e a realidade fenomênica de determinado tema/assunto para então investigar e explicitá-lo (Minayo, 2001). Mais ainda, se apropria de um recorte longitudinal histórico, cuja apresentação do que se pesquisa é percorrido do passado ao presente: neste caso a criação da CEPAL. Documentalmente² é vista da seguinte forma (tabela 1):

² É de importância destacar que esta pesquisa se propõe a trazer a continuidade realizada por Silva *et. al.* (2021) nomeado **Dimensão ambiental na agenda política da CEPAL: equação ainda pendente**, onde os autores realizaram o mapeamento das Sessões CEPAL de 2000 a 2020. Assim, fazemos menção aos esforços dos pesquisadores que oportunizaram a execução deste artigo

Tabela 1- etapas da pesquisa documental

<i>Etapa1</i>	Consulta ao site institucional da CEPAL e suas publicações oficiais dos Períodos de Sessões CEPAL de 2020 a 2022;
<i>Etapa2</i>	Utilização do livro Cinquenta anos de pensamento na CEPAL , organizado por Ricardo Bielschowsky (2000);
<i>Etapa3</i>	Utilização do livro Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decênio 1998-2008 , organizado e reunido por Ricardo Bielschowsky (2010);
<i>Etapa4</i>	Consulta aos artigos que tratam da evolução das ideias cepalinas e seminários técnicos (Sessões CEPAL).

Fonte: o autor (2023).

Já na fase de campo, realizada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), utilizou-se de entrevista semiestruturada. Entende-se que o uso dessa metodologia envolve a obtenção de informações por meio de questionamentos diretos feitos a um ou mais participantes (Minayo, 2001). Enquanto técnica, visa explorar opiniões, percepções, experiências e conhecimentos dos entrevistados sobre um determinado tema de pesquisa “sendo, assim, uma forma de compreender qualitativamente suas motivações e expectativas” (Faberludens, 200-, p. 5). Conforme Severino (2007, p. 68):

O pesquisador elabora um roteiro de perguntas ou tópicos para guiar a discussão com o entrevistado. Essas perguntas podem ser pré-determinadas ou adaptadas conforme o andamento da entrevista, permitindo uma maior flexibilidade para explorar questões emergentes.

No dia 23 de setembro de 2023 houve a realização da entrevista semiestruturada presencial (tendo 1h de realização, individualmente) com dois profissionais da SMMA (aqui nomeados *E1* e *E2*) pertencentes ao quadro permanente, responsáveis pela revisão/aplicação das PDAs, elaboração de relatórios indicativos da população curitibana exposta a riscos e promoção de ações orientadas a conscientização ambiental à população.

Composta por 5 questões estruturadas, tinha por escopo de análise questionar: (i.) quais são as representações do que são emergências climáticas; (ii.) quais significados atribuem às políticas ambientais; (iii.) a dimensão comunicacional das PDAs; (iv.) qual o conhecimento sobre a CEPAL e (v.) quais atividades do C40 são desenvolvidas no sentido de compreender como antecipam a noção de risco global que correlaciona com o local.

Coletados os dados pretendeu-se desenvolver “a elaboração de um conjunto de representações associadas aos acontecimentos vividos e suas respectivas interpretações” (Costabeber, 1998, p. 39), correlacionando as repostas com o referencial teórico deste artigo e apontando os avanços e limitações da pesquisa.

O lócus da pesquisa: Curitiba -PR e a participação no Cities-40

O município de Curitiba é localizado no Paraná, uma Unidade Federativa do Brasil, sendo um dos três estados que compõem a região Sul (conjuntamente com Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Tem população de 1.773.733 pessoas (*cf* censo 2022). Seu nome tem origem Guarani: *kur yt yba* (em português “grande quantidade de pinheiros”), fazendo menção aos seus povos originários da região: os Guaranis (IBGE, 2023). Sua fundação oficial enquanto cidade e capital do estado datam de 29 de março de 1853 com sua emancipação da capitania do Paraná.

Já no século XVII a cidade tinha por principal atividade a mineração, a agricultura de subsistência (Sisson, 1877; Curitiba-PR, 200-) e o acolhimento dos tropeiros que circulavam na região abrindo caminhos e formação de povoados. Ao final do século XIX Curitiba orienta-se em receber a massiva população imigrante para trabalho, devidamente preocupada com o meio ambiente e preservação dos seus recursos naturais (Curitiba-PR, 200-). Especialmente, a

Araucaria angustifolia, comumente denominada pinheiro-do-Paraná é um símbolo da cidade, a qual chegou a receber um diploma de honra pelo Concurso Universal de Viena em 1873 (Governo Imperial do Brasil, 1875). Como é possível constatar (IBGE, 2023 [online]):

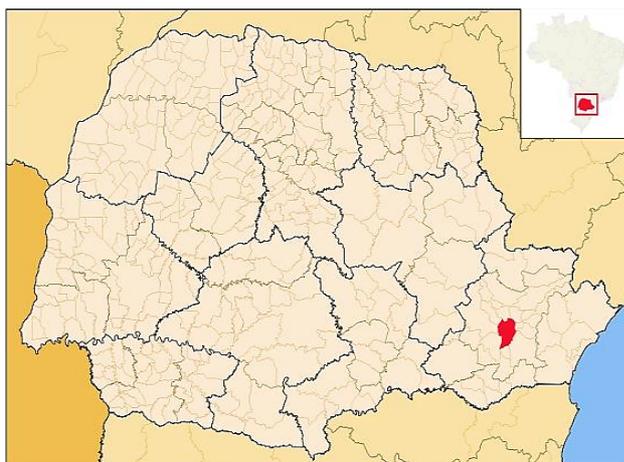
A mudança do nome da vila e da rotina do povoado veio em 1721, com a visita do ouvidor Raphael Pires Pardinho. *Ele foi, provavelmente, a primeira autoridade a se preocupar com o meio ambiente da cidade, iniciando uma tradição pela qual Curitiba hoje é reconhecida internacionalmente. Já naquela época, o ouvidor determinou aos habitantes que tivessem determinados cuidados com a natureza. O corte de árvores, por exemplo, só poderia ser feito em áreas delimitadas. E os moradores ficavam obrigados a limpar o Ribeiro (hoje Rio Belém), a fim de evitar o banhado em frente à igreja matriz. O ouvidor estabeleceu também que as casas não poderiam ser construídas sem autorização da Câmara e deveriam ser cobertas com telhas. As ruas já iniciadas teriam de ser continuadas, para que a vila crescesse com uniformidade.*

Também é possível notar que no século XX, num cenário de cidade planejada, Curitiba se volta a um novo contexto: a indústria se agregou “com força ao perfil econômico antes embasado nas atividades comerciais e do setor de serviços. [...], especialmente nos anos 1970, a urbanização acelerada, em grande parte provocada pelas migrações do campo, oriundas da substituição da mão-de-obra agrícola pelas máquinas” (Curitiba-PR, 200- [online]). Em dias atuais, tem os seguintes dados (IBGE, 2023, [online]):

Altitude de 945m, 75 bairros subdivididos em 10 regionais e IDHM em 0,823. Destaca-se também nos seguintes quesitos: salário médio dos trabalhadores em 3,7 salários mínimos; taxa de escolarização de 6 a 14 anos em 97,6%; PIB *per capita* em R\$ 45.318,46; percentual de receitas oriundas de fontes externas em 39,6%; esgotamento sanitário adequado em 96,3%; arborização de vias públicas em 76,1%; 59.1% de domicílios urbanos situam-se em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) e população exposta ao risco de 1.288 pessoas.

Na condição de capital e metrópole do Paraná, assim como outras capitais no Brasil, enfrenta questões de ordem humanista, econômica e ambiental, no sentido de oferecer condições de bem-estar a seus cidadãos (IBGE, 2023). Designadamente, na temática do meio ambiente, oferece múltiplas atividades de conscientização ambiental e sustentabilidade aos seus cidadãos, a saber: palestras, orientações, *podcasts* e outros veículos de comunicação que tratem da conscientização ambiental aos seus cidadãos (como a série “Família Folhas” disponibilizada na plataforma *Youtube* e o Programa Ecocidação), para além de acordos internacionais de sustentabilidade e bom uso dos recursos naturais, como o Programa C40 (Curitiba-PR, 200-). O *locus* pode ser visualizado conforme figura a seguir (figura 1).

Figura 1- Localização do Município de Curitiba/Paraná/Brasil



Fonte: Paraná-Web. Disponível em: <https://parana3b.wordpress.com/>. Acesso em: 31 dez. 2022.

O Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática (C40) é uma rede global de cidades comprometidas no enfrentamento das MCGs, orientados na sustentabilidade e uso responsável dos recursos num contexto de urbanização. Fundado em 2005 no Reino Unido é composto por mais de 97 cidades no mundo (dentre elas Curitiba-PR). As cidades que integram o programa, privilegiam: o estudo e análise de ações locais para a redução de gases de efeito estufa; o combate às mudanças climáticas com práticas de reciclagem e conscientização social de boas práticas de uso; abordagem e implementação de questões relacionadas a energia renovável, transporte sustentável, eficiência energética em edifícios, bem como a gestão de resíduos no sentido de minimizar os riscos relacionados ao desuso/descarte incorreto (C40, 2023).

As cidades-membro colaboram em projetos e iniciativas conjuntas, desenvolvem metas ambiciosas para mitigação das mudanças climáticas e compartilham experiências de sucesso na implementação de políticas e programas sustentáveis. Além disso, são realizados eventos, conferências e fóruns para promover a troca de informações e o engajamento entre as cidades participantes e transformar as cidades em locais mais sustentáveis e resilientes aos impactos das mudanças climáticas e os riscos que por ela se revelam, o que se torna foco desta pesquisa (C40, 2023).

REFERENCIAL TEÓRICO

A dimensão histórica e de desenvolvimento da CEPAL: 75 anos de avanços, fronteiras e perspectivas

Ao propor compreender o histórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) deve-se antever a questão de desenvolvimento e de globalização. Bresser-Pereira (2009) em *Globalização e Competição*, focaliza em analisar a competição entre os países na era da globalização, ainda que passível discussão/contrariedade no que se refere ao desenvolvimento capitalista e os nomeados Estados-nação (países ricos, países em desenvolvimento -mais globalizados- e países em desenvolvimento -menos globalizados-).

Mais ainda, aponta que os países latinos e africanos não tiveram tamanho êxito, seguido dos países asiáticos. Como versa “não surpreende que os países ‘mais globalizados’ sejam bem-sucedidos, uma vez que são também países ‘mais capitalistas’ – são países que já completaram suas revoluções capitalistas” (Bresser-Pereira, 2009, p. 20). Assim, “a globalização é um processo histórico real, não um fenômeno ideológico [...] abrange todas as áreas da atividade humana: econômica, social, política e cultural” (Bresser-Pereira, 2009, p. 30).

Alinhado a tal perspectiva, Carneiro (2002) destaca que na América Latina fez-se presente uma

hegemonia nas políticas econômicas que, massivamente, tiveram suas referências numa perspectiva liberal. Ainda que capazes, *a priori*, de minimizar as elevações inflacionárias, evidenciava fragilidades como a baixa possibilidade de mobilizar recursos, limitada centralização de capital que “como consequência a industrialização dessas economias teria, necessariamente, de lançar mão do capital externo o que as colocaria na dependência do padrão de concorrência intercapitalista vigente nas economias centrais” (Carneiro, 2002, p.76), gerando ainda mais o atraso tecnológico nos países latinos (Bresser-Pereira, 2006; 2009; Carneiro, 2002).

Fiori (1999), mais ainda, demonstra que toda teoria aporta num plano epistêmico e ideológico, a qual atrela-se num contexto sociocultural (e histórico). Não menos diferente é o que acontece com a categoria ‘desenvolvimento’. Como apostila (Fiori, 1999, p.15) “não é possível retomar o tema do desenvolvimento sem comparar, previamente, as profecias clássicas sobre a universalização e homogeneização da riqueza capitalista e do poder territorial”. Assim, constata a fragilidade e “sua visão ambígua sobre o papel do poder político na acumulação e distribuição de riquezas, sua visão homogênea do espaço econômico capitalista mundial e, finalmente, sua visão otimista e civilizatória com relação aos povos ‘sem história’” (Fiori, 1999, p.15). Retomando a compreensão do termo, Fonseca (2014, p. 39) defende que haverá duas vias de interpretação, sendo- as:

Se a opção for por ideologia, está-se implicitamente admitindo que o termo deve ser buscado no mundo do pensamento, das ideias ou das teorias, as quais, em certas condições históricas (por exemplo, a Grande Depressão), concretizam-se como política econômica, dando veia aos “Estados desenvolvimentistas”. A direção é do pensamento para a matéria. Já se a conceituação parte da política econômica, o caminho é inverso: o desenvolvimentismo é entendido primordialmente no campo material da história: trata-se de uma política econômica efetivamente praticada por governos em determinado tempo e lugar.

Nessa linha, Bresser Pereira (2006; 2009) também enfatiza que conceituar o termo é referenciar ao aspecto econômico, visto que por ele dar-se-ia o crescimento automático e autônomo de uma população. O mesmo também é notado em Bielschowsky (2001; 2007), ao defender que todo projeto de mudança, num primeiro momento, perpassa pela natureza econômica, sendo a indústria instrumento capaz de superar a pobreza e do subdesenvolvimento social. Tal proposição encontra sustentação, visto que o desenvolvimento ocorre por meio de ação estatal praticada no exercício de política econômica pelos governos, visando transformar a sociedade na direção de alcançar fins desejáveis (Fonseca, 2000; Fonseca; 2014).

Fiori (1999) observa que na arena de solidificar o conceito de desenvolvimento globalmente (o qual se ressignificava num contexto de pós 2ª Guerra) criava-se uma geocultura no sentido de estabelecer, amplamente, a produção de conhecimento e aplicação de políticas públicas que fossem usadas pelas diversas nações. Igualmente, a ONU delegava ao seu Conselho Econômico e Social a função de criar Comissões Econômicas Regionais que promovessem soluções aos problemas internacionais econômicos, sociais que assolavam os países (Bielschowsky, 1998; 2000; 2001; 2010; Prado, 2015; ONU, 2023).

Prado (2015), realizando um panorama histórico, demonstra que a partir de 1947 criaram-se as comissões na Europa, Ásia e Extremo Oriente e em 1948 para a América Latina. Mais ainda, em 1984, é denominada Comissão Econômica para a América Latina, sendo encarada como a “mais original e ativa entre as várias organizações regionais estabelecidas pelas Nações Unidas no período pós-guerra” (Kay 1989, p. 60, *apud* Prado, 2015, p. 231).

Concomitantemente, Bielschowsky (2007; 2010) ilustra que a CEPAL tinha por método de análise privilegiar aspectos teóricos, analíticos e histórico-estruturais que a inserem e se transformam devido a organização e dinâmica econômica capitalista. Assim, a CEPAL “sem deixar de manter as especificidades estruturais dos países dessa região, ela vai adequando, ajustando e respondendo suas análises às mudanças que ocorrem no passar do tempo” (Bielschowsky, 2007, p. 68). Nesse sentido, sua importância estaria em ter “organizado, sistematizado e apresentado dentro dos cânones formais técnicos e científicos teses que, de forma mais ou menos fragmentária, vinham sendo divulgadas na América Latina, já há muito tempo, do

final do Século 19 ao longo das primeiras décadas do Século 20” (Fonseca, 2000, p. 5).

Enquanto espaço de amplo debate tinha-se como inquietações como superar os obstáculos do subdesenvolvimento latino e como se desenvolveria tais países que apresentam realidades díspares. Em resposta “intelectuais latino-americanos, como Raul Prebisch, Anibal Pinto e Celso Furtado, e europeus, como Gino Germani e José Medina Echavarría entre outros, realizaram revoluções teórica e analítica pautadas sob a ideologia do desenvolvimento para países periféricos” (Silva *et. al*, 2021, p. 13). O pensamento cepalino orientava em desenvolver uma análise histórica-estrutural que fosse capaz de apresentar subsídios para realizar diagnósticos e sugerir políticas orientadas ao desenvolvimento (Bielschowsky, 2007; 2010; Prado, 2015; Silva *et. al*, 2021).

Desde seu começo é possível notar quão a CEPAL situava-se numa flexibilidade ao adotar diversas teses desenvolvimentistas para tratar das disparidades latinas, como por exemplo: a defesa de que tão-só a industrialização, como ocorreu nos países centrais, seria capaz de superar o atraso latino; o fato de que compete ao Estado ser protagonista no exercício de planejar, intervir e produzir condições de desenvolvimento da nação; o progresso técnico enquanto instrumento de redução heterogênea produtiva e superação da dependência tecnológica externa, bem como defesa de uma equidade social, pautada na compreensão das disparidades locais e gerar o oportunidades e inclusão social (Prado, 2015; Fonseca, 2014; CEPAL, 2022)

A favor dessa multiplicidade de escolas teóricas apropriadas pela CEPAL, Bielschowsky (2000, 2001; 2007) delineia que, acompanhada com a orientação de uma visão numa transformação de longo prazo em 1990, a comissão renovava e atualizava seu pensamento a uma readaptação à realidade presente: abertura comercial das nações e movimento internacional dos capitais e as integrações regionais para além do espectro econômico. Ainda assim, sua atualização e reformulação ocorria sem deixar de considerar questões-base da abordagem estruturalista, propondo uma adaptação à nova institucionalidade.

Segundo Bielschowsky (1998; 2000; 2007), na primeira década de atuação da CEPAL, o problema dos países latino-americanos estaria numa ausência de intervenção no seu protecionismo industrial, o qual demarcaria uma condição de inacabado/incompleto frente aos países avançados. Nesse conjunto far-se-ia necessária uma *nova industrialização*, a qual tivesse seus pilares a criatividade e crescimento (bem como *acesa* pela constituição em cada país de um núcleo endógeno de dinamização tecnológica, tida então necessária para penetrar e se manter no mercado internacional). Questão essa também evidenciada por Rodrigues (2009), expondo que o processo de globalização latino não foi capaz de acompanhar a dinamicidade do avanço técnico dos países centrais, que deu origem a interdependência e desigualdades internacionais.

Tais desigualdades poderiam ser enfocadas noutra perspectiva: a presença de certas assimetrias-chave³, próprias e peculiares do sistema econômico internacional, nos dias atuais. Concomitantemente, da mesma forma que assume a industrialização como condição necessária para o desenvolvimento econômico das nações, reconhece e combate o fato de que o processo de industrialização experimentada, especialmente no início do século XX, permitindo a atuação das bases liberais e do livre mercado, seria a responsável pelo aumento da desigualdade social⁴ latina, sendo ineficaz para o pleno desenvolvimento (Rodrigues, 2009).

As características estruturais que das economias periféricas foram identificadas por Bielschowsky (2010), sendo-as: integração vertical e horizontal reduzida; infraestrutura escassa e especializada em produtos primários; heterogeneidade técnica que dificultava compreender a dinâmica global, bem como oferta ilimitada de trabalhadores. Neste contexto, a CEPAL desenvolveu uma proposta de industrialização baseada na intervenção governamental para substituir bens importados. A tríade construção de uma estrutura integrada de produção de

³ Para uma compreensão detalhada sobre a questão de assimetrias, ver Rodrigues (2009).

⁴ As realidades econômicas e políticas dos países latinos ajudaram na condução das análises realizadas. A burguesia industrial se tornou um grupo dominante em diversos países, como Argentina, Chile, México, Uruguai e Brasil. A burguesia industrial desenvolveu uma ideologia voltada para a industrialização como uma forma de alcançar o progresso. No Brasil, o modelo de intervenção do Estado era baseado na autonomia relativa do Estado, em que as forças políticas e econômicas não eram suficientes para impor um projeto, permitindo que o Estado atuasse como um agente ativo do desenvolvimento em compromisso com essas forças existentes (Prado, 2015).

insumos e produção de bens de capital para produção de produtos finais, a centralização dos recursos internos para financiamento de longo prazo e o desenvolvimento de sistema de planejamento público seriam o caminho para o progresso e desenvolvimento dos países latinos (Bielschowsky, 2000; 2010).

Os anos 1950 do pensamento cepalino são marcados pelo estruturalismo que, amplamente, pautar-se-ia nos trabalhos clássicos de Prebisch (1973) contrapondo os debates anteriores acerca das características que demarcam as economias periféricas (de base primária e exportadoras) frente às economias centrais (industrializadas e detentoras de tecnologia) nas relações econômicas. Nisto:

em seu teor, a manter o quadro existente, significava reforçar a assimetria entre o dinamismo da economia mundial demandadora de produtos primários, diante de uma periferia pautada pela procura por produtos industrializados originados do centro, sempre trocados em condições desfavoráveis (Silva *et. al*, 2021, p. 23).

Ao mesmo tempo, a força e robustez do pensamento cepalino situava nos problemas estruturais dos países latinos: o desequilíbrio na balança de pagamentos; a insuficiência de divisas externas; os efeitos negativos no processo inflacionário; a limitada geração de emprego e renda interna, dentre outros aspectos, fortalecia a concepção de que tratar dessas questões seriam basais. Para tal, a condição de tornar as nações industrializadas tornava-se cada vez emergente e necessária. Nesses termos, caberia ao Estado conduzir deliberadamente tal processo, no sentido de substituição das e estímulo à produção interna (Bielschowsky, 2010; Silva *et. al*, 2021).

Nos anos 1960 a pauta da CEPAL se orientou em defesa da industrialização, haja vista que se vivia, num contexto global e pós 2ª Guerra, a aceleração de empresas multinacionais em ocupar espaço nas economias latino-americanas e caribenhas, em especial as norte-americanas, europeias e asiáticas. Diante disso, a agenda enfocava a criação de acordos e políticas de colaboração entre os países da América Latina e do Caribe, visando alcançar economias de escala, diversificação da produção e maior integração comercial (CEPAL, 2022; 2023).

Todavia, seus estudos tinham como discussão central três pontos: i. a industrialização havia conseguido um curso que não conseguia incorporar a maioria da população os frutos da modernidade; ii. a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência, alterando apenas sua natureza e ambos os processos obstruíam o desenvolvimento ao ponto de que o crescimento urbano desordenado corroboraria nas desordens estruturais e sociais, tal qual do balanço de pagamentos e da inflação (Silva *et. al*, 2021).

Tendo uma visão micro, no Brasil a industrialização apresentava-se tardia e com fragilidades (como problemas de geração de emprego e renda), dificultando seu desenvolvimento e crescimento aos moldes dos países centrais (Bielschowsky, 1998; 2001; 2010). No sentido de tentar tratar dessa condição, a CEPAL orientava que fossem realizadas reformas de ordem agrária, educacional, fiscal/financeira e políticas nos países “para dar continuidade ao processo de industrialização, dado que somente a orientação à industrialização não viabilizava o desenvolvimento” (Silva *et. al*, 2021, p. 15).

A adoção dessas práticas traria os resultados posteriormente: com o marco regulatório orientado ao apoio interno de industrialização limitaria a concorrência externa a favor das empresas nacionais. Não obstante, o que se pode notar é uma morosidade nos investimentos para o progresso tecnológico e de estratégias de crescimento que fossem menos dependentes dos países desenvolvidos (Prebisch, 1973; Fonseca, 2014). Finalmente, numa economia global com forte liquidez e um padrão de financiamento interno insuficiente, os países periféricos inseriam-se no caminho do endividamento, questão essa alarmada pela CEPAL como perigosa.

A década de 70 é marcada por uma forte dependência e endividamento dos países latinos, bem como sua insuficiência exportadora no contexto global. A agenda cepalina focava na necessidade de superar os desequilíbrios econômicos e a dependência das matérias-primas, buscando formas de promover um desenvolvimento equitativo e inclusivo, por intermédio de políticas de

redistribuição de renda, reformas fiscais e aumento do investimento público. Também se direcionava na continuidade da industrialização, mas focalizando com a questão de distribuição de renda que estivesse cercada numa estrutura produtiva e distributiva. Os resultados mostravam-se promissores: diversas economias apresentaram crescimento significativo do produto interno bruto (PIB), mas sua distribuição não acompanhava o para a maioria dos participantes (Bielschowsky, 2000; 2007; 2010; Silva *et. al.*, 2021).

Os anos de 80, como seqüela da década passada, apresentava como preocupação a questão de dívida gerada, inflação massiva nos países latinos e necessidade de ajustes econômicos. Conforme Bielschowsky (2010), com a política de retomada da hegemonia norte-americana direcionada na elevação da taxa de juros e dólar intensivamente disseminado no mundo, diversos países se encontrariam com desequilíbrios profundos em seu balanço de pagamento e fragilidade financeiro do Estado, causando instabilidades e desordens sociais e econômicas. Logo, orientava que políticas macroeconômicas equilibradas, o investimento em infraestrutura, educação e saúde e a promoção do desenvolvimento sustentável com base na utilização responsável dos recursos naturais seriam estratégias para enfrentar as crises econômicas e dívidas externas da década passada (Silva *et. al.*, 2021; CEPAL, 2023).

Utilizando por referência Fajnzylber (1983; 1990) as ideias estruturalistas da CEPAL foram reconstruídas nos anos de 1990. Em sua obra *“La industrialización trunca de América Latina”* reforça a tese de que a existência de problemas estruturais que limitam o crescimento econômico na América Latina adviria, sumariamente de: i.) mercado interno concentrado tão-só para consumo de alta renda; ii.) a diminuída conexão da indústria/agricultura; iii.) baixa produtividade interna e iv.) dificuldade em manter o balanço de pagamentos positivos contribuiria na “truncagem” dos países, sendo superados apenas com a participação forte e altamente qualificada do Estado, criando condições para um desenvolvimento endógeno de progresso técnico/social/ambiental (Fajnzylber, 1983; Olivos, 2006; Bielschowsky, 2010).

Noutros termos, a CEPAL (2023) concentrou-se em analisar os desafios e as oportunidades trazidas pela globalização, destacando a importância da integração nos mercados internacionais, equidade social e a redução da pobreza. Para tal, a necessidade de criar políticas de fortalecimento do mercado interno, a melhoria da redistribuição de renda e garantia de acesso igualitário a serviços sociais básicos tornavam-se vitais para os avanços dos países membros. No início do século XXI, a comissão destacaria o papel central da inovação, do desenvolvimento produtivo e da sustentabilidade para o crescimento econômico e o bem-estar.

A agenda concentrou-se em políticas para promover a diversificação econômica, fortalecer a competitividade, melhorar a infraestrutura, incentivar a inovação tecnológica e enfrentar os desafios ambientais e climáticos. Igualmente, haveria atenção para uma macroeconomia e heterogeneidade social, demonstrando a importância de apresentar transparência nas informações públicas. As pautas cepalinas se direcionavam a promover a integração produtiva como forma de aumentar a competitividade regional e seu desenvolvimento, concentrando em fortalecer as Cadeias Globais de Valor Regionais numa cooperação Sul-Sul, promovendo políticas industriais e tecnológicas aos países (Olivos, 2006; Bielschowsky, 2010; CEPAL, 2023).

Na década de 2010 a CEPAL se revisita ao focalizar na pauta de inovação e Desenvolvimento Sustentável: com mais de meio século, a questão ambiental teve sua força em nas seções 28 e 29. Mais ainda, com a Agenda 2030 na condição de objetivo global (ONU, 2015; 2023; ONU-ODS, 2023), se concentra em estratégias de inovação, inclusão social, igualdade de gênero, desenvolvimento rural, combate às mudanças climáticas e redução das desigualdades (CEPAL, 2018; 2023).

Em duas atuais, as seções de 2020 e 2022 cepalinas realçam os desafios econômicos e sociais decorrentes da pandemia de COVID-19 (ONU, 2015; 2023; WHO, 2019). Destacam-se como questões: a emergência de recuperação econômica sustentável; a transformação digital que conecta o local com o global; a igualdade social e ambiental nos países latino, tal qual a construção de sistemas resilientes de saúde e proteção social tornaram-se ativas e de amplo debate.

Por fim, a CEPAL tem sido um importante ponto de referência na região para a formulação de políticas socioeconômicas inclusivas e sustentáveis, no sentido que sua atuação evolui de acordo com a dinâmica global e as necessidades e desafios específicos da América Latina e do

Caribe, dentre elas a pauta ambiental e riscos globais.

A DIMENSÃO AMBIENTAL NA CEPAL: UMA QUESTÃO EM ATRASO?

A questão ambiental na CEPAL teve seus primeiros apontamentos (ainda que breves e sem profundidade) em 1970. Bielschowsky (2010) apresenta que a questão teve sua aparição em três registros, a saber: i.) em *“Limites do Crescimento do Clube de Roma”* (editado em 1972), versava dos limites físicos do crescimento para manter o padrão de produção/consumo dominante; ii) em 1972 o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, também destacaria a relevância de tratar do desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental; e iii.) a concepção do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente o qual institucionalizaria o tema e importância de pensar do meio ambiente para as gerações atuais e futuras.

Concomitantemente, a CEPAL alinhava-se a tais questões, defendendo que a conservação dos recursos naturais atrelado a superação da pobreza deveria ser uma meta para seus países-membros (Silva *et. al.*, 2021). Infelizmente, num cenário de massiva crise da dívida externa dos países; num campo de inflação elevado; *déficit* público recorrente e sintomas crônicos associados a queda de investimentos e cessão de financiamentos direcionariam as agendas cepalinas a tratar, paliativamente, nos problemas macroeconômicos (Bielschowsky, 2007, 2010).

Nesse contexto, a discussão do tema ambiental perdia força no decorrer das décadas de 70 e 80. Já nos anos de 1990, notou-se também uma subjacência da temática ambiental, haja vista que o protagonismo estava numa reestruturação das economias (aborrecidas das décadas passadas não promissoras) com as propostas levantadas no Consenso de *Washington*. Diante disso “la propuesta de fomentar la sostenibilidad ambiental, mediante un cambio radical de estilo de desarrollo, perdió en forma gradual la posición destacada que tenía en la producción de la CEPAL” (Bielschowsky, 2010, p. 70)

Mais ainda, na década de 1990 o documento *“Transformação Produtiva com Equidade”* postulava que a temática do desenvolvimento deveria atrelar-se a equidade social e sustentabilidade ambiental (CEPAL, 2002; 2020). Alinhado as essas orientações, a CEPAL estimulava a criação de instituições que direcionassem seus esforços em tratar do meio ambiente e desenvolvimento, tais como “ministério, secretarias e fundações do meio ambiente. E juntou-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao Banco Mundial, ao Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) e ao Fórum dos Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe” (Silva *et. al.*, 2021, p. 22) de maneira que realizasse documentos que direcionassem políticas de desenvolvimento ambiental (Bielschowsky, 2010; Prado, 2015; CEPAL, 2023). Mais ainda:

A dimensão ambiental tomou corpo na agenda cepalina nos anos 2000, sendo pontuada nos documentos estratégicos, porém não com a mesma importância que as áreas econômica e social, constituindo, portanto, uma equação ainda pendente. A atenção com o meio ambiente aparece de maneira subsidiária e espasmódica, pautada por movimentos internacionais; e tardia, como algo almejado e nunca objetivado, a ponto de gerar metas ou indicadores que estimulem a incorporação da dimensão ambiental, como elemento essencial e prioritário para o desenvolvimento de países da região (Silva, *et. al.*, 2021, p. 21).

O fortalecimento da pauta ambiental na agenda cepalina, conforme evidenciado por Silva *et. al.* (2021) floresce a partir dos anos 2000, sendo pontuadas com amplitude nos documentos dos encontros bienais realizados pela comissão (ONU, 2015), definindo estratégias desenvolvimentistas nos campos econômico, social, político, ambiental etc.

Como exemplos de intensidade em tratar da problemática ambiental, destaca-se: Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente (ou Eco-92, realizada em 1992); Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (1993); a Conferência sobre Mudança do Clima de Copenhague (CMP5, 2009); a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); a

Cúpula das Nações Unidas (COP 21), dentre outros, evidenciam a preocupação com a gestão ambiental (ONU, 2021; 2023; UNEP, 2022). Especificamente nas sessões CEPAL, nota-se que (tabela 2):

Tabela 2 – Síntese dos elementos analíticos cepalinos relacionados à dimensão ambiental, 2000 – 2022.

	TEMA/DESTAQUES
28ª Sessão (2000)	<p><i>Equidade, Desenvolvimento e Cidadania</i></p> <p>Transformação produtiva e desenvolvimento inovativo devem incorporar o respeito ao meio ambiente; desenvolvimento competitivo e integrador em termos sociais, e sustentável em termos ambientais; promoção de pacto social entre Estado, mercado e sociedade na defesa do meio ambiente; e resgate princípios da Rio 92.</p>
29ª Sessão (2002)	<p><i>Globalização e Desenvolvimento</i></p> <p>Preocupação com aquecimento global, diminuição da biodiversidade, diminuição da camada de ozônio e avanço da desertificação; ressaltar a fragilidade institucional e econômica na área de meio ambiente; mudar padrões insustentáveis de consumo e produção que agride o meio ambiente; ressaltar a gestão sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica; e proposições: impostos verdes, reduções de subsídios a atividades contaminantes, integração de políticas ambientais e econômicas.</p>
30ª Sessão (2004)	<p><i>Desenvolvimento Produtivo em Economias Abertas</i></p> <p>Repete alguns debates colocados anteriormente e cita o Protocolo de Cartagena sobre a segurança da biotecnologia; proposição de fundos para a gestão ambiental na região; papel do Estado: intervir para corrigir falhas de mercado para recursos naturais e serviços ambientais; e criação de fundo de recursos para ser aplicado em defesa do meio ambiente.</p>
31ª Sessão (2006)	<p><i>A Proteção Social de Cara ao Futuro</i></p> <p>Não há menção sobre o meio ambiente, e a questão da sustentabilidade ambiental não foi enfatizada; e ênfase à criação de um sistema de proteção social a todos, a despeito da posição social.</p>
32ª Sessão (2008)	<p><i>A Transformação Produtiva 20 anos depois</i></p> <p>Enfatiza a utilização econômica da natureza e meio ambiente por meio da biotecnologia – natureza vista como um meio de desenvolvimento econômico; e sugere o tratamento de resíduos, biorremediação e purificação da água e bioprocessamento.</p>
33ª Sessão (2010)	<p><i>A Hora da Igualdade: brechas por fechar e caminhos por abrir</i></p> <p>Reforça o conceito da sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo; enfatiza a questão da segurança climática planetária; resalta questões da eficiência energética; e destaca a promoção de avanços tecnológicos em processos produtivos com menos conteúdo de carbono.</p>
34ª Sessão (2012)	<p><i>Mudança Estrutural para a Igualdade: uma visão integrada de desenvolvimento</i></p> <p>Defende políticas que assegurem relação virtuosa entre crescimento, produtividade e sustentabilidade ambiental, com a incorporação de conhecimento e aumento do valor agregado.</p>
35ª Sessão (2014)	<p><i>Pactos para a Igualdade: rumo a um futuro sustentável</i></p> <p>Crítica a base produtiva dependente de recursos naturais; reforça o papel do Estado como impulsionador de políticas industriais que incorporem a inovação tecnológica para uma produção mais limpa e eficiente; reforça a ideia de pactos sociais; defende planejamento territorial com vistas à proteção da biodiversidade; investimentos em matrizes energéticas sustentáveis; e reforça a importância de uso racional da água como recurso estratégico.</p>
36ª Sessão (2016)	<p><i>Horizontes 2030: a igualdade no centro do DS</i></p> <p>Agenda 2030 para o DS, referendando os 17 Objetivos de DS, cujos princípios norteadores são a igualdade e a sustentabilidade; ênfase em questões de mudanças climáticas e confiança nos avanços tecnológicos para um crescimento com sustentabilidade; defesa do keynesianismo ambiental global; pactos sociais vistos como o caminho para o desenvolvimento ambiental sustentável; nova governança ambiental como saída a esse impasse; reconhecimento de barreiras a esse tipo de aliança; recuperar a confiança nas instituições e defesa de um Estado democrático forte.</p>
37ª Sessão (2018)	<p><i>A Ineficiência da Desigualdade</i></p> <p>Desigualdade advinda da cultura de privilégios e ampliada pela financeirização globalizada, considerada sinônimo de ineficiência e fonte de vulnerabilidades (econômicas, sociais e ambientais); aumentar a penetração de energias renováveis na produção de eletricidade e no transporte; dar um grande impulso ambiental: reconhecimento da interdependência entre dimensões do desenvolvimento; criação de cidades sustentáveis e promoção de energias renováveis; e urgência em “não postergar a igualdade”, mas incrementá-la para lograr um crescimento mais sólido e sustentável.</p>
38ª Sessão (2020)	<p><i>Construir um novo futuro: uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade</i></p> <p>Argumenta-se que a América Latina e o Caribe podem caminhar em direção a um “grande impulso para a sustentabilidade” baseado em uma combinação de políticas econômicas, industriais, sociais e ambientais que estimulem uma reativação com igualdade e sustentabilidade e relancem um novo projeto de desenvolvimento na região. Trata também de estudar as três crises (crescimento lento, desigualdade crescente e emergência ambiental) que afetam economias e sociedades em todo o mundo e as da América Latina e Caribe.</p>
39ª Sessão (2022)	<p><i>Rumo à transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade.</i></p> <p>Evidencia que num contexto regional e internacional de baixo crescimento, alta inflação e crescente desigualdade, os países da América Latina e do Caribe precisam focar suas políticas não apenas na reativação dos sistemas econômicos e produtivos, mas também em sua reconstrução e transformação para avançar em direção a economias com baixas emissões de carbono e alto conteúdo tecnológico que permitam enfrentar as mudanças climáticas e reduzir as lacunas, heterogeneidades estruturais e dualismos históricos que as caracterizam. Também considera estratégias para reduzir a desigualdade e avançar em direção a sistemas universais de proteção e empregos decentes num mundo em mudança e riscos.</p>

Fonte: Originalmente de Silva *et. al* (2021), acrescentando as sessões 38ª e 39ª com base em CEPAL (2020; 2022).

Por fim, nota-se que a CEPAL exhibe dentre as novas orientações: trabalhar pela transformação da base produtiva, fundada no conhecimento e de menor impacto ambiental; deferir utilização de matriz energética renovável no curso da transformação produtiva; reivindicar a participação do Estado, para que contribua financiando, subsidiando e incentivando atividades produtivas limpas; e estimular a criação de governança ambiental a partir de pactos sociais. Questões essas que se fazem presentes de se compreender na atualidade.

SOCIEDADE DE RISCO MUNDIAL E A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS E ESQUEMÁTICAS

Sociedade de Risco Mundial é um conceito definido pelo sociólogo Ulrich Beck (2016; 2021) na década de 1980 para descrever os riscos sociais, econômicos, químicos, nucleares, ambientais, informacionais, etc. os quais emergiriam nas sociedades industrializadas modernas. Tais riscos seriam dessemelhantes daqueles entendidos como riscos tradicionais (terremotos, por exemplo), haja vista sua natureza global a qual dificultaria prever/controlar -tendo consequências potencialmente catastróficas-.

Sua obra *Risikogesellschaft: auf dem Weg in eine andere Moderne* de 1986 (traduzido em português como *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*), é frequentemente citada como um clássico para compreender analiticamente o conceito de Sociedade de Risco, uma vez que Beck evidencia que o final do século XX foi marcado exponencial mudança de uma sociedade industrial para uma sociedade de risco, de maneira que a gestão de riscos se tornou uma preocupação central e constante da sociedade (Beck, 2021).

Uma vez estando fora dos padrões científicos, tais eventos extremos gerariam catástrofes mais visíveis, as quais resultam numa interrupção do cotidiano de comunidades e/ou sociedades, bem como perdas materiais, econômicas e de saúde (causando mortes imediatas e/ou posteriores) para além de incertezas que -até então- não puderam ter legitimação e cientificação dos riscos numa modernidade reflexiva e autoconfrontativa (Giddens; Lash; Beck, 2012).

A noção dos riscos imediatos e sua antecipação, posto isso, demonstraria que a modernidade reflexiva oferta análises à sociedade de risco que, por sua vez, revela-se pelos processos de globalização (Beck, 2021), individualização e instabilidades ambientais (Sampaio; Vieira, 2022). Com isso, compreender a sociedade de risco tem sua importância para entender e contextualizar as formas pelas quais os riscos são produzidos, gerenciados e comunicados nas sociedades contemporâneas. Apresenta também cinco teses que demonstram uma sociedade de risco mundial (tabela 3), apresentada em página sucessora:

Tabela 3- As cinco teses de Ulrich Beck

Tese 1

Riscos podem ser aumentados, diminuídos ou alterados à percepção humana, podendo escapar da percepção humana imediata visto que são produzidos em estágios avançados (exemplo: a energia nuclear se dá fora “dos olhos” das pessoas e, por isso, para reconhecerem o risco precisam ser “ditos” pelo conhecimento científico para tornarem reais);

Tese 2

As desigualdades das classes sociais retardam/alastram a distribuição dos riscos, o qual não pode ser evitado. Ainda que a classe mais rica seja capaz de adiar os riscos, ela não é capaz de fugir da lógica distributiva de “os riscos da modernidade cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que os produziram ou que lucram com eles” (Beck, 2021, p. 27).

Tese 3

A expansão dos riscos não altera a lógica capitalista de desenvolvimento, mas sim aumenta seu status. Com isso “a fome pode ser saciada, necessidades podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios são um *barril de necessidades sem fundo*, interminável, infinito, autoproduzível” (Beck, 2021, p. 28);

Tese 4

O conhecimento sobre os riscos assume ampla relevância política. A quantidade de riqueza acumulada afeta toda sociedade onde uma minoria fica com a riqueza advinda do risco, mas os problemas afetam a todos. “Consequentemente, o potencial político da sociedade de risco tem de se desdobrar e ser analisado numa sociologia e numa teoria do surgimento e da disseminação do *conhecimento sobre os riscos*” (Beck, 2021, p. 28);

Tese 5

Os riscos quando socialmente reconhecidos exigem combate às suas causas. Uma vez percebidos os riscos emergem não só a preocupação, mas seus efeitos colaterais que transitam no espectro econômico, social e políticos. “Emerge assim na sociedade de risco, em pequenos e em grandes saltos – em alarmes de níveis intoleráveis de poluição, em casos de acidentes tóxicos etc. –, o potencial político das catástrofes [...] A sociedade de risco é uma sociedade catastrófica. Nela, o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade” (Beck, 2021, p. 28).

Fonte: o autor com base em Ulrich Beck (2016; 2018; 2021).

Beck (2016; 2018; 2021) concentra-se nas transições: reconhece a falta de uma sociedade profundamente ligada ao risco, porém destaca que a sociedade atual se afasta da sociedade industrial, avançando para uma modernidade tardia, global, reflexiva e radical (que compartilha, distribui e socializa oportunidades e incertezas). Logo, o uso e a abordagem da TSRM deve ser entendido como um conceito que destaca que as sociedades industriais contemporâneas possuem uma maior consciência de riscos e incertezas. Como resultado, são inseridas numa cooperação transnacional - já que as ameaças ultrapassam fronteiras geográficas - e com uma responsabilidade global voltada para o futuro.

Para Beck, uma das principais características que faz menção a TSRM é o surgimento de novos tipos de riscos os quais antes eram desconhecidos ou não tão prevalentes, a saber: as incertezas associadas ao uso de tecnologias (energia nuclear, organismos geneticamente modificados, incertezas dos efeitos químico-físico-biológico) e as questões ambientais (mudanças climáticas, poluição do ar e desmatamento, uso de substâncias tóxicas nos alimentos através da intervenção humana). Além disso, não são distribuídos uniformemente pela sociedade de modo que alguns grupos seriam mais vulneráveis do que outros. Esses riscos são muitas vezes complexos e incertos, tornando difícil para os formuladores de políticas e para o público compreendê-los e gerenciá-los.

A condição dos riscos – presentes ou projetados – corrobora a premissa de que as sociedades atuais inserem numa modernidade reflexiva e, como tal, atrelada à sociedade de risco revelada pelos processos de globalização (Beck, 2011), individualização de instabilidades (Ostrom, 2009; IPCC, 2012; 2018; 2021; 2022; UNEP, 2022; Sampaio; Vieira, 2022) quer sejam econômicas, sociais, políticas ou ambientais. Noutros termos, no momento em que as sociedades modernas refletem sobre suas ações e consequências aludiria, também, numa maior consciência e responsabilidade individual/coletiva relacionada aos riscos e incertezas que produzem/evidenciam – assim como na sociedade de risco, a qual tem a mesma inquietação, adicionada com a dificuldade de controlar e gerenciar esses riscos – (Giddens; Lash; Beck, 2012).

Como um fenômeno de risco, as MCGs constituem um desafio global que exige uma avaliação detalhada do que já existe e das perspectivas ligadas à natureza e à sociedade reflexiva. Isso ocorre porque os problemas ambientais “não se limitam ao meio ambiente, mas envolvem completamente o ser humano, sua história, suas condições de vida, sua interação com o mundo e a realidade, sua estrutura econômica, cultural e política” (Beck, 2011, p. 99). Para concluir, entender a sociedade de risco é buscar a compreensão, no sentido *lato* do termo, de como os riscos são gerados, administrados e comunicados nas sociedades contemporâneas.

Em síntese, o conceito de sociedade de risco destaca a crescente complexidade e incerteza dos riscos, bem como sua distribuição desigual na sociedade. Também destaca a importância da mídia e dos fatores políticos na formação das percepções públicas dos riscos e nas formas como são gerenciados. Ao entender a sociedade de risco, pode-se desenvolver estratégias mais eficazes para gerenciá-lo, na busca de promover maior resiliência social diante da incerteza. O que de fato esta pesquisa se propôs analisar.

RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Recebido os dados, tiveram o tratamento interpretativo com aporte no referencial teórico que sustentou a realização deste artigo. Inicialmente foi questionado “*quais são as representações (conhecimentos, opiniões e imagens) do que são emergências climáticas? Dé exemplos?*”, suas falas merecem destaque, a saber:

Entendo que é tudo o que causa desordem no meio ambiente: secas, desastres, chuvas em excesso, ciclones, etc. Enfim, tudo o que nos faz mudar o jeito de agir e nossa rotina e isso tem sido também notado nos custos econômicos que esses desastres trazem (E1).

É pensar nos desastres ambientais e no que eles causam para as pessoas. Isso faz com que a gente fique sempre com medo e que hoje todos nós sentimos o reflexo de não cuidar do meio ambiente. Não dá pra achar que a questão climática é algo global, ela é causa e responsabilidade de cada um de nós (E2).

Tendo por referência as respostas supracitadas, pode-se perceber que a percepção dos respondentes sobre o tema situa-se em observar as emergências climáticas como algo que não está distante, mas sim no que é próximo, visível e percebido como já demonstrava Beck (2016; 2018; 2021). Mais ainda, há espaço também para analisar que suas falas direcionam a noção de que a compreensão desse fenômeno deverá situar o que é técnico, social e econômico (ONU, 2015; 2023; IPCC, 2022) pois “*quando não se pensa em realizar estudos e buscar reduzir os desastres ambientais, todos irão ser prejudicados: casas são perdidas, ruas alagadas e gastos pra conter um desastre que poderia ter sido tratado anteriormente*” (E1).

Também foi possível constatar que suas representações também se consolidam na prática comunicacional, sendo um exercício fundamental de troca, aprendizado e interconhecimento já que “*hoje em dia a gente se comunica muito rápido para falar de tudo: saúde, política e desastres naturais*” (E1) e “*com a internet e os canais de comunicação dá pra ficar bem-informado [...] Além disso, também fica fácil de conversar com os colegas e familiares sobre o que está acontecendo no mundo*” (E2). Em suas falas, assim, entendem e apresentam ciência do que é emergência climática e os desafios socioambientais que impõem aos indivíduos, instituições e governos. Aspecto esse já evidenciado na literatura científica (Watts *et. al.*, 2005; Hulme, 2015; BRASIL, 2017; IPCC, 2012; 2018; 2021; 2022; UNEP, 2022; 2023).

Noutro momento, ao indagar “*quais os significados e o que entende sobre políticas ambientais?*” conforme as transcrições abaixo pode-se observar uma polissemia nos significados: ora se atrelam ao sentido *stricto* do termo (como criam-se as PDAs), ora perpassa a dimensão política, alçando questões de ordem social, econômica e cultural, como já orientado nas agendas cepalina pós 2020 (CEPAL, 2022; 2023). Portanto:

Acho que falar de políticas ambientais é falar de como ela é feita. Pra isso é preciso ter vereadores que estejam compromissados em fazer algo

diferente, que queiram dar atenção as questões ambientais ou tenha interesse em aprender sobre. Enfim, não depende muito da gente aqui sabe? (E1).

Sem dúvidas é ter que dar atenção a uma causa urgente porque não tem como pensar em crescimento sem falar do cuidado com o meio ambiente. Mas isso vai muito além da gente aqui [na SMMA]: isso tem que ser feito por todos nós. Aqui [SMMA] nosso pessoal é reduzido, mas fazemos o máximo para atender essas questões (E2).

As repostas apresentam o entendimento comum de que as PDAs devem focalizar em tratar das desordens climáticas presentes a favor de um desenvolvimento que seja sustentável (e porque não dizer responsável) às gerações atuais e futuras. Aspecto esse que se aproxima daquilo já comentado em Fonseca (2006), Rodrigues (2009) e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU (ONU-ODS, 2023).

Adicionalmente, deve-se considerar que a questão ambiental já se estaria mais próxima da vida cotidiana no sentido de que pensar nela é, concomitantemente, entender que as ações e inações individuais impactam na conservação e responsabilidade com o meio ambiente (CEPAL, 2018; UNEP, 2023; Beck, 2021; Silva *et. al*, 2021; Boeira, 2023). *“Por exemplo: as pessoas precisam cobrar de quem votaram se estão fazendo algo para melhorar nossa cidade, a gente como cidadão também não pode fazer descarte de qualquer jeito e também precisa educar nossa família. Pra mim é isso”* (E2).

Ao inquirir *“como as políticas ambientais são comunicadas para a população e qual a dimensão de alcance (em que sentido ela é entendida e questionada)?”* as seguintes respostas foram recebidas:

Para isso temos diversas ferramentas, como o site oficial, temos as publicações no Diário Oficial, também fazemos transmissões pelo canal do *youtube* das sessões, produção de relatório, *etc.* São muitas as possibilidades que os curitibanos possuem para saber como elas são desenhadas e implementadas na cidade e administrações regionais. É pensar no coletivo mesmo [nome do pesquisador], pois Curitiba tem mais de 1000 pessoas em situação de risco e precisamos de estratégias para cuidar e acolher essas pessoas” (E1).

Nossos canais são diversos: *tem* telefone, internet, *e-mail*, redes sociais, *etc.* Mas o mais importante é que essas políticas são comunicadas e caso algum cidadão não concorde tem a Câmara dos Vereadores para tratar de revogações. Outro ponto importante é que elas [PDAs] são sempre orientadas a mostrar para a população a necessidade de cuidado ambiental ou tratar de algum problema ambiental como enchentes, alagamentos, pessoas em zonas de riscos e assim por diante (E2).

As falas supracitadas oportunizam a interpretação da TSRM numa perspectiva local e como atrela-se ao local que se torna incerto (Beck, 2011; 2016; 2018; 2021) e com riscos que perpassam barreiras (Boeira, 2023). Noutros termos, é possível notar a percepção dos respondentes em analisarem tratar dos riscos, da importância em compreender quão as atividades locais impactam no global, em pensar que a cooperação internacional apresenta com instrumento para tratar das MCGs, dentre outros.

Assim, fez-se a construção da tabela abaixo, correlacionando as falas dos pesquisados as teses apresentadas por Ulrich Beck (tabela 4), no sentido de apresentar o quadro-analítico da tese e qual fala estaria fazendo menção a tese. Como pode ser observado:

Tabela 4- Correlação das falas com as teses de Ulrich Beck

Fundamento Da Tese	Transcrição
<i>Tese 1</i> Riscos podem ser aumentados, diminuídos ou alterados à percepção humana	<i>Para isso temos diversas ferramentas, como o site oficial, temos as publicações no Diário Oficial, também fazemos transmissões pelo canal do youtube das sessões, produção de relatório, etc.” (E1)</i>
<i>Tese 2</i> As desigualdades das classes sociais retardam/alastram a distribuição dos riscos, o qual não pode ser evitado.	<i>“Curitiba tem mais de 1000 pessoas em situação de risco e precisamos de estratégias para cuidar e acolher essas pessoas” (E1).</i>
<i>Tese 4</i> O conhecimento sobre os riscos assume ampla relevância política.	<i>“[...] caso algum cidadão não concorde tem a Câmara dos Vereadores para tratar de revogações” (E2).</i>
<i>Tese 5</i> Os riscos quando socialmente reconhecidos exigem combate às suas causas	<i>“[...] Outro ponto importante é que elas [PDAs] são sempre orientadas a mostrar para a população a necessidade de cuidado ambiental ou tratar de algum problema ambiental como enchentes, alagamentos, pessoas em zonas de riscos e assim por diante” (E2).</i>

Fonte: o autor (2023) utilizando do referencial teórico de Beck (2021).

Utilizando da tabela e as respostas obtidas, é possível interpretar que se faz presente a preocupação por parte da SMMA em compreender a complexidade que envolve a temática das emergências climáticas e as interfaces que a interseccionam, como a social e política (Watts *et. al*, 2005; Hulme, 2015; Silva *et. al*, 2021).

Também é de interesse destacar que à medida em que realizam a reflexão de pensar nas responsabilidades individuais e coletivas, entender e tratar dos riscos se tornam coletivos, onde todos participam do seu entendimento/inquietação e confrontação como já evidenciado por Giddens, Lash e Beck (2012) ao tratarem de modernização reflexiva.

Também foi pedido aos entrevistados que comentassem “qual é o seu conhecimento sobre a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe -CEPAL?”. Como retorno obteve-se: “infelizmente não sei falar sobre, na verdade também não sei dizeres se tem algum material aqui que fale sobre isso” (E2) e “sei muito pouco [nome do pesquisador] da CEPAL, pois aprendi sobre na minha graduação de Economia na cadeira de Economia Internacional. Mas não consigo falar em detalhes. Se quiseres posso buscar um material para ajudar na pesquisa” (E1).

Diante disso, não é possível tratar em maiores detalhes em que sentido as orientações cepalinas estão presentes na SMMA, bem como se há uma atenção por parte da secretaria no acompanhamento das agendas/sessões da CEPAL. O que é possível, então, está em buscar compreender como se dá a comunicação das agendas e orientações cepalinas no Brasil, tal qual seus limites e fronteiras (por exemplo: seria a questão de que os documentos cepalinos se apresentam majoritariamente em língua espanhola? Haveria pouca publicidade dos documentos e orientações cepalinas no Brasil?). Questão essa que a pesquisa não pode alçar, mas torna como abertura para outras análises.

A caminho de concluir este artigo, teve-se como pergunta final “quais atividades do C-40 são desenvolvidas em Curitiba? Como a SMMA antecipa os riscos? Acredita que para se falar de risco global é entender que ele se correlaciona com o local?”.

O Programa C-40 tem sido bem importante para pensarmos em que tipo de cidade queremos: queremos chegar à emissão zero de CO² nos veículos de carga, uso de ônibus elétricos e estamos com o Plano de Ação Climática firmado com o programa [C-40]. Certamente é uma ferramenta que busca construir comunidades que sejam sustentáveis, equitativas e resilientes. A SMMA, de modo técnico, trabalha na antecipação de riscos com elaborações de relatórios técnicos, pareceres de profissionais e especialistas que demonstram como os desafios atuais se relacionam aos desafios urbanos. Não dá pra pensar em emergência

climática sem entender que nossa atuação local tem peso nessa balança (E1).

Com o C-40 estamos tomando protagonismo de atividades mais sustentáveis e de conscientização da população sobre sua responsabilidade ambiental. Uma das estratégias que temos é usar da avaliação do risco a partir de uma equação combinatória: nível de exposição ao risco, vulnerabilidade da pessoa e porcentagem de ameaça que ela tem/terá onde reside. Por exemplo: uma pessoa que vive aqui [centro da capital] não tem a mesma taxa de risco como quem vive em Parolin, na Vila Barigui ou qualquer outro bairro da CIC [Cidade Industrial de Curitiba] (E2).

De tal maneira, vê-se pelas respostas uma correlação entre a necessidade de uma atuação mútua por parte de instituições, programas internacionais e sociedade, no sentido de compreender/tratar/minimizar às MCGS no sentido de que haja a equidade social e responsabilidade social de cada indivíduo no enfrentamento dessa temática (e seus riscos). Compreender e tratar dos riscos – seja aqueles já evidenciados cientificamente e os que são projetados – aconteceriam numa cooperação entre governos, sociedade civil e setor privado no combate a esses desafios que inquietam, intrigam e irritam a todos os indivíduos (Zürn, 2000; Beck, 2011; ONU-News, 2022).

Logo, desenvolver políticas e práticas de curto prazo que promovam o tratamento dos riscos; do bem-estar humano e ecológico; de ações no setor de energia, indústria, construção transportes; do sistema financeiro e alimentar são prioritárias e urgentes (IPCC, 2021) visto que “qualquer atraso adicional na ação global resultará na perda de uma janela que já está se fechando rapidamente para garantir um futuro habitável” (UNEP, 2022 [online]).

Os resultados oportunizam concluir que a ação contra às MCGs se direciona de uma questão urgente (uma ameaça próxima) para emergente (ameaça imediata), incerta e que inquieta a todos os indivíduos (Zürn, 2000; Brasil, 2017; IPCC, 2012; 2018; 2021; 2022; UNEP, 2022; ONU-News, 2022) pois, “*é com essa equação que a gente consegue tornar mais perto da realidade os riscos de cada região. Acho que se perguntares aqui seja quem for a resposta vai ser bem próxima: emergências climáticas obrigatoriamente faz pensar que ações locais impactam no todo (E2)*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES INICIAIS NUM DEBATE INACABADO

Esta pesquisa objetivou analisar como as recentes políticas ambientais desenvolvidas pelas redes de cidades ecológicas dialogam na antecipação e/ou redução dos riscos ambientais, tendo por referência as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Empiricamente, teve-se a SMMA como objeto no sentido de questionar como representam a noção de risco antecipado frente a emergência climática, suas atividades de cooperação internacional, seus julgamentos em relação à questão de responsabilidade individual no desenvolvimento sustentável, bem como se utilizam e incorporam das orientações cepalinas na perspectiva ambiental. Os resultados oportunizaram avaliar que definir a sociedade de risco tem sua complexidade, haja vista que envolve múltiplos fatores interconectados que moldam a compreensão do risco.

Como disposto pelos pesquisados, haveria uma pluralidade de entendimentos: ora podem ser definidos pela sua gestão de riscos, de modo que sejam vistos como um princípio organizador central da vida social. Ora se associam em sua previsão e antecipação, de maneira que caberia a sociedade/instituições preocupar-se com o vindouro, no sentido de que os riscos potenciais seriam constantemente avaliados e debatidos.

Ainda que também demonstrado pelos respondentes a limitação de recursos humanos para trabalhar em maior ênfase sobre o tema das MCGs, é notado a preocupação da SMMA em comunicar e publicizar de diversas formas as PDAs desenvolvidas e sua possibilidade de questionar, problematizar e/ou (re)significar. A publicização, conforme apresentado na literatura que sustentou a pesquisa, seria uma das possibilidades de tornar público a questão ambiental e de

sua responsabilidade individual, tida necessária para reduzir as desordens ambientais.

É de valia ressaltar que a temática ambiental recorrentemente apresenta destaque entre instituições, sociedade e governos haja vista que, conforme literatura apresentada, se encontra numa situação cada vez mais crítica decorrente de movimentos de apropriação ilimitada, com sinais claros de exaustão sistêmica. A preocupação com o bom uso e responsabilidade ambiental não seria de interesse tão-só da SMMA, mas de diversas instâncias nacionais e/ou internacionais. Dentre eles o próprio C-40 e CEPAL, ainda que conforme entrevistas não há um conhecimento específico sobre a comissão na secretaria.

Por fim, mas não menos importante, alguns caminhos de pesquisas futuras se tornaram possíveis, como a oportunidade de estabelecer um diálogo entre a TSRM e CEPAL no que se refere ao enquadramento teórico-analítico da temática ambiental e seus riscos, de maneira que se possa entender/contextualizar uma realidade atual e compartilhada. Também há como oportunidades de pesquisas futuras a dimensão comunicacional sobre a CEPAL no país, de forma que seja possível constatar o porquê do desconhecimento evidenciado por parte do corpo profissional da SMMA.

Espera-se que tais resultados empíricos, possam contribuir com demais pesquisas qualitativas que tratem da mesma temática, bem como ofertar estudos dos sistemas de pensamentos representacionais de atores políticos acerca das práticas sociais e antecipação (vivências, considerações e/ou fatos experienciados) ao que lhes são presentes, neste caso pensar na emergência climática e sociedades de risco mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, U. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade* [tradução: Sebastião Nascimento]. 2ª edição. São Paulo, Ed: Editora 34, 2011, 384p.
- BECK, U. *Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. [tradução: Marian Toldy e Teresa Toldy] 3ª edição. Lisboa: Ed: Edições 70, 2016, 446p.
- BECK, U. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*, 2018. Rio de Janeiro: Zahar. BIBLIOGR
- BECK, U. *Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa, Ed: Edições 70, 2021, 448p.
- BIELSCHOWSKY, R. C. F. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R.C. F. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 1988, pp. 15-68.
- BIELSCHOWSKY, R. C. F. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: Bielschowsky, R. C. F. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000 pp. 5-98.
- BIELSCHOWSKY, R. C. F. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: Bresser Pereira, L. C.; Rego, J. M. (Orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado*, 2001. São Paulo: Ed. 34, pp. 130-151.
- BIELSCHOWSKY, R. C. F. *Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra-ponto. 2007, pp. 10-23.
- BIELSCHOWSKY, R. C. F. Sesenta años de la CEPAL y pensamiento reciente. In: Bielschowsky R. C. F. (Org.). *Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decênio 1998-2008*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010, pp. 15-80.
- BOEIRA, S. L. Emergência Climática e Riscos Globais: Políticas Ambientais de Brasil, China e Índia, 2023. In: *VIII CIESCA*. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2jff4kus>>. Acesso em: 30 jun. 2023
- BRANCO, S. M. *O meio ambiente em debate*. 26ª edição. São Paulo, Ed: Moderna, 1997, 96p.
- BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Perguntas frequentes*, 2017 [online]. Disponível em: <<http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=9>> Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 2, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Globalização e Competição: porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não. *CAMPUS*, 2009, pp. 19-50].
- CARNEIRO, R. M. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002, pp. 1-45.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Panorama social de América Latina. Santiago de Chile: Histórico CEPAL*, 2018.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. *Informação histórica: evolução das ideias da CEPAL*, 2022.
- CEPAL, Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe. *Publicações: ano 2023*, 2023. Disponível em: < <https://www.cepal.org/pt-br/publications>. > Acesso em: 15 jul. 2023.
- COSTABEBER, J. A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil*, 1998. Tese (Doutorado em Agronomia), pp. 1-20
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto* [tradução Magda Lopes]. Porto Alegre, Ed: Artmed, 3ª edição, 2010, pp. 25-47.
- CURITIBA-PR. *Perfil da cidade de Curitiba*, 200- [online]. Disponível em: < <https://tinyurl.com/5n86pkva>>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- FABERLUDENS. *Métodos de pesquisa etnográfica*, [online], 200-. Disponível em: <<https://>

- tinyurl.com/8p7vh8ab>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- FAJNZYLBER, F. *Industrialización trunca de América Latina*. México, D. F: Nueva Imagem, 1983.
- FAJNZYLBER, F. *Industrialización en América Latina: de la caja negra al casillero vacío. Cuadernos de la CEPAL*, 1990. Disponível em: < <https://tinyurl.com/dbw7zwhk> >. Acesso em 21 mar. 2023.
- FONSECA, P. C. D. As origens do pensamento cepalino. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 2000.
- FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. 2ª edição, n.º especial. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, jul/set. 2006.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: Calixte, A.; Biancarelli, A.; Cintra, M. (Eds.). *Presente e futuro do desenvolvimento no Brasil*. Brasília: IPEA, 2014, pp. 9-52.
- FIORI, J. L. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: Fiori, J. L. (Org.) *Estados emoedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, 1999, pp. 11-48.
- GIDDENS. A.; LASH. S.; BECK. U. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Ed: UNESP, 2012, 2ª edição, 329p.
- GOVERNO IMPERIAL DO BRASIL. Ministerio dos Negocios da Agricultura, do Commercio e das Obras Publicas. *Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes – Provincia do Paraná*, 1875. Rio de Janeiro, Ed: G. Leuzinger & Filhos, 124p.
- HULME, M. Climate and its changes: a cultural appraisal. *Geography and Environment GEO*, v. 2, 2015, pp. 2-11.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades: Curitiba*, 2023 [online]. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3j9d8b9m>> Acesso em: 20 abr. 2023.
- IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for policymakers. *Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation*. Cambridge, Ed: Cambridge University Press, 2012.
- IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Summary for policymakers global warming of 1.5°C*. Reino Unido e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2018, 24p.
- IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I. *The Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change AR6*, 2021. Reino Unido e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Assessment Report 6 climate change (AR6): the physical science basis PT II*, 2022 [online]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/978100915796>>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- LAPA, T. S. *O gênero do trabalho operário*. Marília: Lutas Anticapital, 2020, pp. 60-65.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Ed: Vozes, 2001, 96p, pp. 12-26.
- OLIVOS, M. T. *Fernando Fanjzylber: uma visão renovadora del desarrollo em América Latina*. Santiago – Chile: Cepal, 2006, pp. 337-400.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Acordos sobre o clima – Paris*, 2015 [online]. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/node/88191>>. Acesso em: 12 mai. 2023
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Cresce a temperatura mundial*, 2021 [online]. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2rz3kz63>>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- ONU-ODS. Organização das Nações Unidas. *Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Objetivo 13: ação contra a mudança global do clima*, 2023 [online]. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13> >. Acesso em: 12 mai. 2023.
- ONU-News. Organização das Nações Unidas. *ONU alerta que mundo caminha na direção errada quanto à mudança climática*, 2022 [online]. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2u343t55> >. Acesso em: 12 mai. 2023.
- OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems.

Science, pp. 419-422, 2009.

PAIVA, S. C. *Estratégias de política industrial e desenvolvimento econômico: ideias de Fernando Fanjzylber para a América Latina*. Tese [doutorado Economia Aplicada]. UEC, 2006.

PRADO, F. C. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Economia Política Internacional), 2015, pp. 36-90.

PREBISCH, R. *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*. Santiago de Chile: CEPAL, 1973.

RODRIGUES, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 587-622.

SAMPAIO, C. A.; Vieira, P. F. Ecosocioeconomias na encruzilhada do Antropoceno: Uma perspectiva sistêmica-transdisciplinar, 2022. In: *História Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, México.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. Rio de Janeiro: Cortez, 2007, 304p.

SILVA, F. M.; SALES, G.; CARIO, S. A. F.; BELLEN, H. M. V. Dimensão ambiental na agenda política da CEPAL: equação ainda pendente. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 58, 2021, pp. 426-449. Disponível em: <[10.5380/dma.v58i0.77748](https://doi.org/10.5380/dma.v58i0.77748)> Acesso em: 31 jul. 2023.

SISSON, S. A. *Notícia sobre a província do Paraná*. Rio de Janeiro: Ed. IMPRIMERIE IMPERIALE, 1877.

UNEP. *Relatório sobre lacuna de emissões 2022*, mensagens chave, 2022 [online]. Disponível em: <<https://tinyurl.com/9jzvky2s>> Acesso em: 16 jul. 2023.

UNEP. *Quarterly Report*, 2023 [online]. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5d6m5pf5>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

WATTS, N *et. al.* Health and climate change: policy responses to protect public health. *The Lancet*, 2005.

WHO, World Health Organization. *Coronavirus disease (COVID-19) pandemic*. Advice, 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ydces8jb>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

